

DF-Brasília Conselho quer demolir "esqueletos"

JORNAL DE BRASÍLIA 17 OUT 2001

Os esqueletos de obras abandonadas podem desaparecer da paisagem da cidade. O Conselho de Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, constituído por membros da sociedade civil, encaminhará uma resolução ao governador Joaquim Roriz, sugerindo que as "carcaças" dos prédios sejam demolidas, taxadas ou então desapropriadas.

"Estes prédios inacabados fazem uma intervenção perversa na paisagem urbana. Trazem ainda insegurança à população, pois viram abrigos de marginais e mendigos", ressalta Carlos Pontes, coordenador do Conselho. A resolução sugere, de imediato, a demolição da carcaça do hotel do Setor de Clubes Sul. "Este prédio virou um símbolo da ilegalidade. A obra foi embargada porque foi construída fora das normas de gabarito da cidade e até hoje não se encontrou uma solução", diz Pontes.

Há no Plano Piloto outros prédios inacabados. No Sudoeste, na Quadra 104, uma obra abandonada da falida Encol virou ponto de jovens praticantes de rapel. No Setor Hoteleiro Norte, o esqueleto de um hotel destoa da paisagem de uma das áreas mais nobres da capital do País e, na entrada do Lago Norte, o que seria um shopping está sendo motivo de uma briga judicial entre a

Terracap e o consórcio LPS (formado por empresas de Paulo Octávio, Sérgio Naya e Luiz Estevão).

"Nos prédios em que a situação estiver legalizada, que a área seja taxada, com cobrança de IPTU sobre área ociosa (que é mais caro que área construída)", sugere Pontes. Segundo ele, o governo pode ainda se valer do Estatuto de Cidade, criado pelo Executivo federal, para dar uma solução a estas carcaças. "O Estatuto permite soluções, jurídicas inclusive, mais rápidas. O governo poderia, por exemplo, desapropriar os prédios em favor do interesse público e licitar a área", destaca Pontes.

O Conselho sugere ainda a criação de uma Zona de Proteção para as cidades incluídas na Bacia do Paranoá, como Lagos Sul e Norte, Guará, Núcleo Bandeirante e Paranoá. "Enquanto não se aprova o Plano Diretor Estratégico de Brasília, todos os projetos de criação e parcelamento de áreas nesta Zona de Proteção teriam de passar pela aprovação do Conselho ou da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação", diz Pontes.

A intenção do Conselho de Preservação é que não se tenha distorções urbanísticas no Plano Piloto e nem nas áreas adjacentes da capital.

Onde ficam os prédios abandonados

